



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO
SUL

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *lato sensu* EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *lato sensu*
EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

CAMPO GRANDE

2010

Aprovado pela Deliberação nº 76, da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, de 20 de maio de 2010.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial da Unidade Universitária de Campo Grande, instituída pela Portaria UEMS Nº40 de 17.07.2008 e Portaria UEMS Nº 54 de 17.09.2008, tem como membros os docentes:

- Prof^a MSc. Celi Correa Neres
- Prof^a. MSc. Mariuza Aparecida Camillo Guimarães - Presidente
- Prof^a Esp. Marlyse Badeca da Costa Oliveira
- Prof^a. MSc. Mônica Scharth Gomes

SUMÁRIO

1 DO CURSO.....	05
1.1 PROPONENTE.....	05
1.2 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS.....	05
1.2.3 Nome.....	05
1.2.4 Área de concentração.....	05
2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	05
2.1 JUSTIFICATIVA	05
2.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE E DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE.....	06
3. OBJETIVOS.....	08
3.1 GERAL.....	08
3.2 ESPECÍFICOS.....	08
4. PERFIL PROFISSIONAL PRETENDIDO.....	09
5. PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	09
6. LINHAS DE PESQUISA.....	10
7. ESPECIFICIDADES DO CURSO.....	10
7.1 PÚBLICO ALVO.....	10
7.2 NÍVEL E TITULAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO.....	10
7.3 ABRANGÊNCIA	10
7.4 NÚMERO DE VAGAS.....	10
7.5 CARGA HORÁRIA.....	11
7.6 PERIODICIDADE.....	11
7.7 PERÍODO DE FUNCIONAMENTO.....	11
8. PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA.....	11
8.1 INSCRIÇÃO E SELEÇÃO.....	11
8.2 MATRÍCULA.....	11
9. CARACTERIZAÇÃO DAS EQUIPES: PEDAGÓGICA E DE SUPORTE ACADÊMICO.....	11
9.1 PEDAGÓGICA.....	12
9.1.1 Coordenação de Curso.....	12
9.1.2 Coordenação de Tutoria.....	13
9.1.3 Coordenação de Pólo	14
9.2 TUTORIA.....	14
9.2.1 Tutor Presencial.....	14
9.2.2 Tutor a Distância.....	15
9.2.3 Professor-pesquisador.....	15
9.3.4 Professor Orientador.....	16
9.4. DO COLEGIADO DE CURSO.....	17
10. SUPORTE ACADÊMICO E TÉCNICO.....	17
10.1 SECRETÁRIO ACADÊMICO.....	17

10.2 WEB DESIGNER.....	18
11.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RECURSOS INSTRUCIONAIS.....	18
12. CERTIFICAÇÃO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	19
13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	19
14. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	19
14.1 INDICADORES DE DESEMPENHO.....	20
15. CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO CURSO.....	21
16. FUNDAMEN.TOS, ORGANIZAÇÃO CURRICULAR METODOLOGIA.....	21
17. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	22
18. OS SEMINÁRIOS DE PESQUISA.....	22
19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO.....	22
20. QUADROS DEMONSTRATIVOS.....	???
20.1 PROFESSORES PESQUISADORES.....	???
20 DISCIPLINAS E CRÉDITOS CORRESPONDENTES.....	22
21 CARACTERÍSTICAS DAS DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E BIBLIOGRAFIAS.....	23
23 INFRAESTRUTURA DE APOIO A DISTÂNCIA E PRESENCIAL.....	30
23.1. LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS.....	30
24. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	33
24.1 FINANCIAMENTO.....	33
24.2 CUSTOS.....	33
Anexos.....	34

1 DO CURSO

1.1 PROPONENTE

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Campo Grande – Grupo de Pesquisa em Educação Especial.

1.2 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

O Curso será desenvolvido pela UEMS em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio da Unidade Universitária de Campo Grande. As parcerias serão firmadas com organizações privadas ou públicas, especialmente, com as prefeituras dos municípios que sediarão os pólos de apoio presencial; com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e com a o setor de Educação a Distância (EAD) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

1.2.3 Nome

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial

1.2.4 Área de concentração

Educação Especial (CNPq 70807051)

2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 JUSTIFICATIVA

O acesso a estudos especializados propiciará espaço para reflexão dos profissionais das redes públicas de ensino, escolas particulares e instituições que trabalham com pessoas com necessidades educacionais especiais sobre conhecimentos que venham atender as novas demandas da sociedade e conseqüentemente, da educação.

Considerando o fato de não ser a escola um espaço isolado da sociedade e, ainda, o crescente, volume de informações veiculado pelas novas mídias, faz-se necessário que as instituições de ensino superior formem seus professores de maneira a constantemente reverem paradigmas, de forma a adotarem e a prepararem seus alunos para uma postura mais aberta a mudanças e à aceitação e valorização das diferenças.

No campo da educação especial, mais especificamente, há que se implementar uma visão de mundo em que os sujeitos possam ser considerados pelo que são e não por aquilo que lhes falta ou diferencia dos demais.

Assim, considera-se que medidas devem ser implementadas para facilitar e promover a inclusão do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, na rede cultural e tecnológica da atualidade, procurando oferecer condições que potencializem as capacidades individuais e disponibilizem recursos, dentre eles uma formação adequada aos professores, para uma escola que atenda a suas efetivas necessidades.

O Conselho Nacional de Educação, nesse sentido, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº. 17/2001, p.10), afirmando a orientação para as redes públicas do País no que diz respeito ao investimento no processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, a partir dos seguintes princípios: “a preservação da dignidade humana; a busca da identidade; e o exercício da cidadania”

Estes princípios trazem em seu bojo a necessidade de revisão da abordagem metodológica adotada nas escolas, atualmente baseada na abordagem positivista, que ainda tem norteado as ações pedagógicas, a avaliação e a postura do professor.

Assim, é preciso buscar uma perspectiva educacional que contemple nova abordagem teórica direcionada à superação do modelo convencional e que possa oportunizar efetiva transformação da ação pedagógica.

Os pressupostos teóricos que indicam uma melhor fundamentação sobre as necessidades de uma proposta inclusiva é a abordagem histórico-cultural, referenciada nos pensadores russos e desenvolvida no período pós-revolução de 1917, quando grande percentual da população da Rússia era analfabeta. Era necessário, à época, que se buscasse uma proposta pedagógica que respondesse às necessidades do povo e da Revolução, o que fez com que diversas pesquisas fossem realizadas dentre as quais com pessoas com deficiência. Dessas pesquisas resultaram teorias que embasam o presente trabalho.

Na abordagem histórico-cultural, a ação pedagógica deve se pautar nas diferentes concepções que cada aluno pode ter diante de um mesmo objeto. Para tanto, faz-se necessário uma relação dialógica entre professor-aluno, aluno-aluno, professor-família, família-aluno, dentre outros, pois é pela mediação da linguagem que se pode estabelecer a experiência de superação dos próprios limites e, conseqüentemente, a aquisição de novos conhecimentos que o levarão à transformação de si mesmo e de seu espaço social.

Nesse entendimento, a condição fundamental para a instrumentalização desta abordagem é o conhecimento do sujeito, ou seja, do aluno pelo professor, nos aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e, quando se tratar de aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, faz-se necessário o conhecimento da constituição histórica da condição de *diferente*, pois, culturalmente lhe são atribuídas características de “incapaz”, “destituído de potencial” e outros. Cabe, portanto, à escola, proporcionar-lhes as condições de resgate de sua auto-estima e de valorização de seu potencial, fornecendo-lhe instrumentos que possibilitem compensar as limitações em seu desenvolvimento, decorrentes de deficiências sensoriais, intelectuais e motoras. Dessa forma, poderão ser aprimoradas suas funções psicológicas superiores, efetivando-se, assim, seu processo de aquisição de conhecimentos.

As questões aqui apresentadas exigem formação que permita ao profissional a apropriação de conhecimentos com autonomia teórica, na perspectiva da realização de pesquisa, elaboração e desenvolvimento de projetos que possam transformar a ação docente e favorecer a construção da escola inclusiva, uma exigência da sociedade contemporânea, ao que se propõe o desenvolvimento deste Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial.

Nesse sentido, o governo brasileiro propõe o Plano nacional de Formação de Professores que tem como objetivo promover a formação e a qualificação profissional dos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à LDB, por meio de cursos de graduação e pós-graduação, em articulação com as Universidades Públicas federais, estaduais e municipais.

Assim, considerando o programa de investimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica, a UEMS vislumbra a oportunidade de ampliar a interiorização da oferta de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial em Mato Grosso do Sul, bem como de municípios de outras unidades da federação, de forma a atender as demandas existentes de profissionais atuantes na educação básica e com dificuldades de acesso a Cursos de atualização profissional.

2.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE E DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS foi criada pela Constituição Estadual de 1979, ratificada pela Constituição de 1989, conforme os termos do disposto no

artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais de 1989 e instituída pela Lei nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, com sede e foro na cidade de Dourados.

Naquele momento foi constituída a Comissão de Implantação da UEMS, devidamente nomeada pelo governador do Estado, com a finalidade de construir proposta inovadora para a nova Instituição. Dessa forma, delineou-se a UEMS como uma universidade que, além de comprometida com a disseminação da educação superior, alicerçada na pesquisa e na extensão, baseava-se no propósito de interiorização desse nível de ensino e de compromisso com a melhoria da qualidade da educação básica, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do Estado.

Portanto, desde o início da sua trajetória, a UEMS visava ao atendimento às necessidades da sociedade sul-mato-grossense, objetivando contribuir efetivamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado e do seu povo.

Cabe particularmente ressaltar que, no momento da criação da UEMS, o quadro educacional no Estado não era satisfatório com relação ao ensino fundamental e médio, no que diz respeito à qualificação do corpo docente, sendo, portanto, de extrema necessidade uma ação da Universidade, visando à superação das dificuldades. Além disso, logo a seguir, em 1996, dispositivos legais determinaram a exigência mínima de formação superior para a atuação docente em todos os níveis.

Frente ao grande número de professores leigos nas redes oficiais de ensino, a UEMS assumiu o desafio de reverter esse quadro, intervindo, por meio de formação inicial e continuada, na melhoria da educação básica em Mato Grosso do Sul.

Observa-se também que as condições estruturais do Estado quanto ao transporte intermunicipal, bem como as dificuldades de deslocamento dos pretendentes ao ensino superior até as localidades que, naquele momento, ofereciam educação superior, eram também óbices a serem considerados.

Nesse sentido, foi implantada a UEMS, com a criação de Unidades Universitárias em 14 municípios do interior, estrategicamente escolhidos por sua localização e necessidades, para assim democratizar o acesso à educação superior e fortalecer a educação básica, não só nas sedes dessas Unidades, mas das localidades do entorno.

Contudo, sentiu-se a forte necessidade de intervir na realidade educacional também em Campo Grande, devido à grande demanda para a formação de professores na Capital e municípios do entorno. Tratava-se, à época, de docentes já em atuação nas redes públicas e sem a devida habilitação, que, então, já se constituía em pré-requisito legal para essa função.

Criou-se, então, a Unidade Universitária de Campo Grande especialmente para o oferecimento do Curso Normal Superior, em 2001, em forma de Projeto específico, fruto de uma parceria com a Secretaria de Estado de Educação e algumas prefeituras municipais. A Unidade Universitária teria existência enquanto a demanda justificasse o oferecimento do Curso, cujo acesso era limitado e professores em exercício na educação básica em escolas estaduais e municipais.

Vale destacar que o Curso foi inovador em vários aspectos, destacando-se:

- Foi o primeiro Curso da UEMS a utilizar os 20% de sua carga horária, previsto em legislação, para desenvolvimento de atividades e ou disciplinas com o apoio de tecnologias de ensino a distância;
- Envolveu a Unidade para o aperfeiçoamento técnico na área de Educação a Distância com vista a ampliar as possibilidades da política da UEMS de interiorização do ensino superior e seu compromisso com a sua democratização em MS.

A presença desse Curso da UEMS em Campo Grande provocou um movimento – o da sociedade campo-grandense na reivindicação de mais Cursos da UEMS na Capital, desta vez abertos à população em geral, justificados pela cruel estatística na relação demanda e oferta de educação superior pública.

Para responder às novas reivindicações, havia necessidade de uma nova proposta. Foi então implantado o Curso de Pedagogia, em substituição gradativa ao Normal Superior, este não mais como projeto e, portanto, consolidando a Unidade Universitária de Campo Grande. O Curso de Pedagogia foi aberto à população, mantendo e aperfeiçoando a forma de oferecimento com a utilização de metodologias da educação à distância, utilizando o *know-how* construído para a organização de outros Cursos, inclusive *Lato Sensu*.

Além desses, a Unidade também vem oferecendo Cursos de pós-graduação *Lato Sensu* como o de “Fundamentos em Educação” e de Educação Especial, já concluídos, ambos em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Atualmente há, em andamento, o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município de Campo Grande, resultados da necessidade de ampliar a formação de docentes do Estado, qualificando-os em áreas específicas.

A UEMS, assim, tem procurado materializar seus princípios como instituição pública sempre atenta às necessidades de todas as localidades do Estado desenvolvendo ações, oferecendo Cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas diversas áreas do conhecimento e da atuação humana.

Hoje, já com 15 Unidades Universitárias, oferece 48 Cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento, além de 7 (sete) Cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, dentre eles, os de Educação, Educação Especial, Educação Infantil, Planejamento e Gestão Ambiental, dentre outros.

Ao longo dos anos, a UEMS diversificou e ampliou sua atuação, tornando-se um importante instrumento de desenvolvimento do Estado e de inclusão social os sul-mato-grossenses.

Nesse sentido, considerando a demanda do Estado por professores especializados em Educação Especial e conforme censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), comparativamente, do ano de 2005 para 2006, houve um aumento de matrícula de alunos com deficiência em escolas comuns em praticamente todas as regiões do Estado.

Destaca-se, ainda, a política de educação inclusiva, expressa por meio do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, que, ao lado de outras leis e normas, indica a necessidade da qualificação de professores para garantir o acesso, permanência e progressão de pessoas dessas pessoas, em processos de escolarização formal, prioritariamente nas escolas comuns da educação Básica.

Nesse sentido, a UEMS propõe o oferecimento deste Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial nos municípios apresentados como pólos neste projeto, buscando atender a todas as regiões do Estado.

3. OBJETIVOS:

3.1 GERAL

Proporcionar aos profissionais da educação básica, com prioridade àqueles que estão atuando efetivamente em escola pública, a apropriação do conhecimento geral e específico sobre o desenvolvimento e o processo de escolarização das pessoas com necessidades educacionais especiais, com ênfase às com deficiência.

3.2 ESPECÍFICOS

- Proporcionar ao docente a capacidade de identificar, no contexto geral da educação, o percurso histórico do processo de escolarização das pessoas com necessidades especiais, particularmente as com deficiência, buscando entender as relações, os condicionantes e sua organização nos dias atuais;

- Formar profissionais capazes de orientar e/ou flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender as necessidades educacionais especiais de aprendizagem;
- Desenvolver nos pós-graduandos a cultura da reflexão, da pesquisa e da troca coletiva sobre seus saberes e práticas;
- Capacitar os trabalhadores da educação para a identificação das necessidades educacionais especiais e dos serviços de apoio disponíveis;
- Conscientizar os professores, especialistas e técnicos sobre a necessidade de avaliar continuamente o processo educacional para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
- Oportunizar a aprendizagem em ambientes virtuais, com troca de experiências entre os participantes.

4. PERFIL PROFISSIONAL PRETENDIDO

Os professores e profissionais formados no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial devem desenvolver as seguintes características:

- ser investigativo diante da realidade educacional brasileira para dimensionar o papel da educação, da escola, do ensino, como intencionalidades históricas dos homens, considerando o dinamismo da realidade social, cultural, política, econômica e a complexidade das relações sociais;
- buscar continuamente o desenvolvimento de uma consciência política e profissional que seja alimentada pela crítica das questões educacionais, pela autocrítica às suas próprias ações e pela busca constante da instrumentalização teórica, política e técnica, tendo em vista os atendimentos às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, especialmente.

5. PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios que norteiam o Curso inspiram-se na busca pela compreensão da natureza do processo educativo, portanto, referem-se aos seus aspectos éticos, políticos e sociais, visando à transformação do papel da educação e da escola considerando os movimentos, os tempos históricos da sociedade brasileira em um contexto mundial dinamizado por uma profusão de conhecimentos científico-tecnológicos que possibilitam aos homens a realização das suas possibilidades e melhores condições de vida, mas também por relações econômicas e políticas complexas que geram “contraditoriamente”, realidades sociais discrepantes, relações conflitantes e discriminatórias entre os povos e entre os homens.

No Curso, a reflexão metódica deverá ser a forma de permitir ao professor a compreensão da lógica social que gera, ao mesmo tempo, tantos limites, mas também possibilidades na atuação da escola e do professor para a promoção do processo educacional de todas as pessoas, por direito subjetivo, dentre elas as pessoas com deficiência.

Segundo, em decorrência e para além da denúncia da educação, da escola e da qualidade questionável do seu papel e ensino, há o entendimento de que é possível e necessário buscarem-se caminhos para instrumentalizar as pessoas para uma atuação no contexto social, tão dinâmico quanto complexo, que exige delas competências e conhecimentos diversificados não só para o mercado de trabalho, mas, sobretudo para o crescimento como sujeitos e partícipes da construção de uma convivência social responsável e ética.

6. LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa definidas que serão desenvolvidas com vistas a orientar os pós-graduandos na definição de seus objetos de pesquisa são:

- História e educação especial;
- Legislação educacional e políticas públicas para inclusão escolar;
- Práticas pedagógicas nas áreas das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

7. ESPECIFICIDADES DO CURSO

7.1 PÚBLICO ALVO

Profissionais da educação básica, no exercício da função de magistério, portadores de diplomas de Cursos de licenciatura e de outros Cursos de graduação de áreas afins legalmente registrados pelos órgãos competentes, desde que comprovem efetivo exercício de atividade de natureza educacional na educação pública e estejam devidamente inscritos na Plataforma Freire.

7.2 NÍVEL E TITULAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO Especialista em Educação Especial

7.3 ABRANGÊNCIA

Municípios da região Centro-oeste, especificamente, do Estado de Mato Grosso do Sul, estimando-se atender a cerca de vinte e cinco municípios em cinco pólos, assim distribuídos:

1. Bataguassu;
2. Campo Grande;
3. São Gabriel D'oeste;
4. Dourados;
5. Jardim.

Pólo 1: Bataguassu, localizado na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul (PNUD, 2000): Anaurilandia, Bataguassu, Brasilândia, Nova Alvorada, Nova Andradina e demais municípios da região.

Pólo 2: Campo Grande, localizado na mesorregião centro norte de Mato Grosso do Sul (*op. cit.*): Campo Grande, Bandeirantes, Corguinho, Jaraguari, Maracaju, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia, e Terenos.

Pólo 3: São Gabriel D'Oeste, localizado na mesorregião centro norte de Mato Grosso do Sul (*op. cit.*): Alcínópolis, Costa Rica, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso Sonora e São Gabriel do Oeste.

Pólo 4: Dourados, localizado na mesorregião sudeste de Mato Grosso do Sul (*op. cit.*): Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Juti, Jateí, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante e Vicentina.

Pólo 5: Jardim, localizado na mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul (*op. cit.*) Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque.

7.4. NÚMERO DE VAGAS

250 vagas, sendo 50 por município com pólo de apoio presencial, integrante do Sistema UAB.

Observação: Considerando as especificidades do Curso não será aceito aluno, em caráter especial.

7.5. CARGA HORÁRIA

465 horas

7.6 PERIODICIDADE

Temporário

7.7 PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

O Curso terá a duração de no mínimo em 12 (doze) e no máximo em 18 (dezoito) meses, conforme normas vigentes da UEMS. A data de matrícula dos ingressantes será tomada como referência para a contagem dos prazos

O detalhamento das etapas e atividades será submetido às instâncias da UEMS responsáveis pela aprovação, e nesse caso, publicado em edital. Portanto, o funcionamento do Curso seguirá Calendário Acadêmico aprovado pelo CEPE-UEMS e, no que se refere ao cronograma dos encontros presenciais e atividades a distância, será estabelecido pelo Colegiado, após sua aprovação.

8. PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA

8.1 INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

O candidato deverá fazer a inscrição na Plataforma Freire, que será disponibilizada em seu ambiente virtual e divulgado junto às Mantenedoras e às instituições de ensino públicas, que são responsáveis por cadastrar os profissionais da educação a ela vinculados, no Sistema Educacenso, o que o credencia para essa inscrição. Após os trâmites internos e junto à Universidade Aberta do Brasil, a UEMS publicará os editais de inscrição, seleção e ou matrícula dos candidatos ao curso.

A seleção somente ocorrerá nos Pólos em que o número de inscritos for maior que o de vagas.

A seleção dos candidatos, quando for o caso, será coordenada e desenvolvida por Comissão constituída para esse fim, composta por docentes da UEMS e professores convidados, e realizar-se-á por meio dos instrumentos previstos nas normas da Instituição, bem como as da Plataforma Freire.

Na *Home Page* da UEMS, serão disponibilizados o edital e os formulários necessários, com as devidas orientações para ingresso no Curso.

8.2 MATRÍCULA

A matrícula do candidato aprovado no processo de ingresso no Curso deverá ser realizada junto à Secretaria Acadêmica da Unidade Universitária de Campo Grande, sede do curso, mediante requerimento próprio, cumpridas todas as exigências documentais, conforme normas em vigor na UEMS e constantes no edital de resultados do processo seletivo. O requerimento de matrícula e o termo de compromisso serão disponibilizados no site da UEMS, na página do Curso, bem como as orientações necessárias. O candidato aprovado deverá entregar a documentação exigida para efetivação da matrícula à Coordenação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Campo Grande ou enviar, por meio do correio (Aviso de Recebimento-AR ou SEDEX), à Rua da Paz, 540 – Bairro Jardim dos Estados – Campo Grande – MS, CEP.: 79.020-250.

9. CARACTERIZAÇÃO DAS EQUIPES: PEDAGÓGICA E DE SUPORTE ACADÊMICO

A equipe será composta por 01 coordenador de Curso, 01 coordenador de tutoria, 05 coordenadores de pólo, 05 tutores a distância, 10 tutores presenciais, sendo 02 para cada pólo, 01 professor pesquisador, 13 professores conteudistas, 22 professores formadores, 65 professores orientadores, 01 secretário acadêmico e 01 *web designer*.

Abaixo descrevemos as atribuições dos profissionais envolvidos no Curso definidas em consonância com a Resolução CD/FNDE Nº 26, de 5 de junho de 2009 e das normas vigentes da instituição. Registra-se que, no que se refere aos critérios básicos quanto à formação dos profissionais para atuar no Curso atenderão a citada Resolução e serão devidamente publicados em edital específico nos casos em que a seleção for necessária.

9.1 PEDAGÓGICA

9.1.1 Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso será exercida por um professor ou pesquisador do Curso¹, do quadro da UEMS e que também será eleita de acordo com normas vigentes da instituição. A Coordenação, administrativamente, localizar-se-á na Unidade Universitária de Campo Grande.

A Coordenação temporária do Curso será exercida pela Presidente da Comissão de Reformulação do Projeto Pedagógico em Educação Especial a Distância, até a efetivação completa de todos os membros que farão parte do Colegiado de Curso para o desenvolvimento dos procedimentos de eleição do Coordenador do Curso, conforme as normas vigentes da UEMS.

Conforme as atribuições constantes no Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS, aprovado pela Resolução CEPE UEMS Nº. 880 de 16 de março de 2009 e Anexo I, da Resolução 026/2009 da Universidade Aberta do Brasil – UAB, a Coordenação do Curso deverá:

- coordenar e supervisionar a execução do curso;
- coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do Curso;
- convocar e presidir as reuniões do colegiado;
- executar as regulamentações propostas;
- elaborar proposta de calendário acadêmico e encaminhar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para providências cabíveis;
- solicitar à Divisão de Pós-Graduação publicação de edital em Diário Oficial com a relação dos candidatos aprovados no curso;
- receber, conferir e encaminhar ao órgão competente, para deferimento, os documentos referentes à matrícula, observando os prazos estipulados no calendário acadêmico;
- comunicar ao órgão competente a desistência ou reprovação em disciplinas dos alunos, imediatamente após comprovação, solicitando quando couber, o desligamento dos mesmos;
- encaminhar, ao órgão competente, o registro de frequência e de avaliação das disciplinas devidamente preenchido e assinado pelo professor e coordenador, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da disciplina;
- publicar edital de composição das bancas de trabalho de conclusão de curso;
- divulgar as Sessões de Defesa na Unidade Universitária e na *Home Page* da UEMS;
- organizar as condições físicas da Sessão de Defesa;
- organizar o cronograma de sessões das defesas do trabalho de conclusão de curso;
- encaminhar à Diretoria de Registro Acadêmico as atas de defesa de trabalho de conclusão de curso, após a regularização de todas as obrigações do aluno no curso;
- encaminhar, à Biblioteca da Unidade Universitária sede do curso, 1 (um) exemplar impresso encadernado em capa dura e 1 (uma) versão digitalizada do trabalho de conclusão de curso, no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega da versão final;

¹ Ver Tabela 2.

- expedir declarações relativas às atividades do curso;
- manter atualizada a página Web do curso;
- participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- participar do grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- elaborar em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de pólo;
- organizar e divulgar a produção científica do curso;
- elaborar relatórios exigidos pelos órgãos oficiais;
- coordenar o processo de pedido de credenciamento ou re-credenciamento dos professores;
- solicitar e administrar recursos e materiais oriundos do orçamento previsto e do fomento à pós-graduação;
- encaminhar com parecer do colegiado do curso as adequações/reformulações do projeto pedagógico à Divisão de Pós-Graduação;
- participar dos órgãos colegiados superiores, conforme legislação interna vigente;
- informar para o coordenador UAB a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento;
- auxiliar o coordenador UAB na elaboração da planilha financeira do curso.

9.1.2 Coordenação de Tutoria

A Coordenação de Tutoria será exercida por um docente ou pesquisador do Curso, preferencialmente do quadro da UEMS e que também será eleita de acordo com normas vigentes na Instituição. A Coordenação, administrativamente, localizar-se-á na Unidade Universitária de Campo Grande.

A Coordenação de Tutoria deverá ter como atribuição:

- acompanhar a execução do presente projeto, fazendo as interlocuções necessárias com a Coordenação de Curso e de cada pólo para acompanhar e apoiar as atividades dos tutores presenciais e, diretamente, dos tutores a distância;
- participar das atividades de capacitação e atualização;
- acompanhar o planejamento e o desenvolvimento de processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de Curso;
- acompanhar as atividades acadêmicas do Curso, bem como atuar no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados ao Curso;
- verificar “in loco” o bom andamento do Curso;
- informar ao coordenador do Curso a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa;
- acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;

- encaminhar à coordenação do Curso, relatório semestral de desempenho da tutoria.

9.1.3 Coordenação de Pólo

A Coordenação de Pólo será exercida por um professor da rede pública indicado pela Secretaria de Educação do Município Pólo e deverá promover as articulações pedagógicas e administrativas necessárias entre a Coordenação do Curso, de Tutoria, alunos, tutores presenciais e o poder público local, visando o desenvolvimento adequado do Curso. Além dessas atribuições o Coordenador deverá :

- acompanhar e coordenar as atividades docentes, discentes e administrativas do pólo;
- garantir às atividades da UAB a prioridade de uso da infra-estrutura do pólo;
- participar das atividades de capacitação e atualização;
- elaborar e encaminhar à UAB/DED/CAPES, relatório semestral das atividades no pólo, ou quando solicitado;
- elaborar e encaminhar à coordenação do Curso, relatório de frequência e desempenho dos tutores e técnicos atuantes no pólo;
- acompanhar as atividades de ensino, presenciais e a distância;
- acompanhar e gerenciar o recebimento de materiais no pólo, e a entrega dos materiais didáticos aos alunos;
- zelar pela infra-estrutura do pólo;
- relatar problemas enfrentados pelos alunos ao coordenador do Curso;
- articular, junto às IPES presentes no pólo de apoio presencial, a distribuição e o uso das instalações do pólo para a realização das atividades dos diversos Cursos;
- organizar, junto com as IPES presentes no pólo, calendário acadêmico e administrativo que regulamente as atividades dos alunos no pólo;
- articular-se com o mantenedor do pólo com o objetivo de prover as necessidades materiais, de pessoal e de ampliação do pólo;
- receber e prestar informações aos avaliadores externos do MEC.

9.2 TUTORIA

Um Curso na modalidade a distância se caracteriza basicamente pela mediação dos recursos tecnológicos, cuja interação não está vinculada nomeadamente a limites espaciais físicos. Em face disso, impõe-se à necessidade de tutoria, que é exercida em momentos diferenciados, podendo acontecer presencialmente e a distância. Desse modo, os tutores presenciais são os profissionais que fazem o papel de interlocutores diretos com os alunos e os tutores a distância interagem, basicamente por meio de recursos tecnológicos.

9.2.1 Tutor Presencial

Será exercida por um profissional que prestará atendimento aos alunos, nos pólos de apoio presencial, onde será disponibilizada infra-estrutura adequada, ou seja, que atenda às necessidades de acompanhamento da trajetória dos alunos no Curso. Dentre as atividades típicas de tutoria destaca-se:

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor-pesquisador e os alunos ;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do Curso;
- apoiar o professor-pesquisador da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem(AVA) e dar retorno às solicitações do aluno no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do Curso na avaliação dos alunos;

- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor-pesquisador responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do Curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações.

Cada tutor será responsável por uma turma de, no máximo, 25 alunos, nos pólos de apoio presencial. Em caso de dúvidas, deve reportar-se ao tutor a distância.

Esse profissional será selecionado por meio de edital específico e deverá ter como formação Curso de Pedagogia ou Normal Superior ou também outros Cursos de licenciatura e de graduação de áreas afins, preferencialmente, que possua um Curso de Pós-Graduação na área da Educação Especial.

9.2.2 Tutor a Distância:

Será exercida por um profissional que prestará atendimento aos alunos e aos tutores presenciais para o devido desenvolvimento da trajetória dos alunos e do Curso, por meio das ferramentas disponíveis no ambiente *on line*.

Dentre as atividades típicas de tutoria a distância e também destacam-se:

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor-pesquisador e os alunos ;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do Curso;
- apoiar o professor-pesquisador da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem(AVA) e dar retorno às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do Curso na avaliação dos alunos;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor-pesquisador responsável;
- Orientar alunos, tutores presenciais e professor-pesquisador;
- Esclarecer dúvidas por meio das ferramentas disponíveis no sistema.

Esse profissional será selecionado por meio de edital específico e deverá ter mestrado ou doutorado na área da Educação e experiência na área da Educação Especial. Cada tutor será responsável por um Pólo.

9.2.3 Professor-pesquisador

Este profissional terá, dentre outras, as atribuições:

- elaborar e entregar, ao coordenador de curso, os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do Curso no prazo determinado;
- adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento do Curso à linguagem da modalidade a distância;
- adequar e disponibilizar, para o coordenador de Curso, o material didático nas diversas mídias;

- participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- desenvolver, quando for o caso, as atividades docentes da disciplina em oferta na modalidade a distância mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no projeto acadêmico do Curso;
- coordenar, quando for o caso, as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação, quando for o caso;
- desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de Curso;
- apresentar ao coordenador de Curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos alunos e do desenvolvimento da disciplina;
- participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos para a modalidade a distância;
- realizar, com apoio de profissional especializado, a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;
- participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do Curso;
- desenvolver, em colaboração com o coordenador de Curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos Cursos na modalidade a distância;
- elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.

O grupo de professores-pesquisadores do Curso, será formado por doutores e mestres que atuam na área da Educação nos quadros da UEMS, bem como de convidados oriundos de organizações públicas e/ou privadas, especialmente, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, tendo sido priorizados, nesse caso, aqueles profissionais com trajetória na Educação Especial e que atuam ou atuaram em Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial.

Para a composição do grupo de professores-pesquisadores, além desses aspectos, foram também observados:

- apresentar a titulação mínima, prevista na legislação;
- comprovar pesquisas, trabalhos ou experiência relacionados à disciplina a ser ministrada no Curso.

9.3.4 Professor Orientador

O grupo de professores orientadores do Curso tem como função específica orientar os projetos de pesquisa dos orientados, cumprir os procedimentos regimentais para a apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso e será composto:

- pelos professores-pesquisadores do Curso que comprovem pesquisas, trabalhos ou experiência na área da Educação Especial e/ou de áreas da deficiência;
- por professores, a serem selecionados por meio de edital específico, que apresentem a titulação mínima, prevista na legislação e comprovem pesquisas, trabalhos ou experiência na área da Educação Especial e/ou de áreas da deficiência.

Nos dois casos será observado a compatibilidade entre o projeto de pesquisa do orientando e a linha de pesquisa a qual o professor orientador está apto a orientar devido a experiência na área da Educação Especial.

9.4. DO COLEGIADO DE CURSO

A constituição de um Colegiado de Curso visa, para além das exigências regimentais, garantir a participação de todos os envolvidos no processo de execução do Projeto de Pedagógico para o alcance dos objetivos na formação dos alunos. Nesse sentido e, considerando as especificidades do Curso, o mesmo será composto da seguinte forma:

- Coordenador do Curso (presidente);
- Coordenador de Tutoria (vice-presidente);
- 1 representante da Coordenação de Pólos (com um suplente);
- 1 representante dos tutores presenciais (com um suplente);
- 1 representante dos tutores a distância (com um suplente);
- 5 representantes de Professores-pesquisador, preferencialmente, um de cada linha de pesquisa do Curso;
- 1 representante dos alunos (com um suplente).

As reuniões do Colegiado poderão ser realizadas utilizando-se de ferramentas de mídia, de modo on-line.

10. SUPORTE ACADÊMICO E TÉCNICO

10.1 SECRETÁRIO ACADÊMICO

O secretário acadêmico terá como atribuições as elencadas abaixo, sendo algumas desenvolvidas, em conjunto, com o *Web Designer*.

- organizar e controlar os arquivos e correspondências recebidas e expedidas e *e-mail*;
- acompanhar o cumprimento das normas referentes às atividades de competência da Coordenação do Curso, zelando pelos prazos estabelecidos;
- conferir os diários de classe de acordo com as normas internas da instituição, procedendo ao encaminhamento dos mesmos ao setor competente;
- acompanhar, em conjunto com o Coordenador de Curso, o registro de frequência dos docentes e funcionários ligados à Coordenação, procedendo ao encaminhamento ao setor competente;
- fornecer e encaminhar Boletins de Inspeção Médica – BIM e realizar outros procedimentos necessários aos servidores em licença médica;
- prestar atendimento ao público que se dirige à Coordenação de Curso;
- mediar e dar suporte às ações da Coordenação de Curso diretamente ligadas a matrícula inicial e renovação de matrícula;
- instruir processos acadêmicos de competência da Coordenação; recebimento e encaminhamento dos comprovantes de atividades complementares;
- divulgar editais, avisos, orientações e convocações, além de outros documentos;
- atender os alunos, nas solicitações de documentos e fornecimento de esclarecimentos, informações e orientações relacionados ao Curso;
- dar suporte às ações da Coordenação de Curso referentes aos demais elementos da equipe pedagógica do Curso que envolva: planos de ensino, diários de classe, relatórios de tutorias e das demais coordenações, recebimento e encaminhamento de formulário de diárias, ressarcimento de despesas e relatório de viagem, reuniões do Colegiado de Curso, atas de reuniões e procedimentos para a realização de Bancas Examinadoras;
- dar suporte quanto a proposta orçamentária anual e de administração dos recursos financeiros e materiais do Curso;

- apoiar às ações quanto a eventos de natureza técnico-científica, entre outras.

Esse profissional será selecionado, por meio de edital específico, e deverá ter Curso de graduação e conhecimentos na área da informática.

10.2 WEB DESIGNER

O *web designer* tem entre as suas atribuições as de planejar e executar o projeto visual e funcional do ambiente, adaptando-o à necessidade dos usuários de forma a facilitar seu desempenho. O referido projeto deve contemplar um *web site* articulado com o ambiente disponível na Instituição para promoção do trabalho, proporcionando ao aluno o contato com a literatura e as orientações próprias do Curso.

Deve desenvolver suas atividades de forma articuladas às ações da Coordenação de Curso, de Tutoria e Secretaria Acadêmica.

Esse profissional será, selecionado por meio de edital, e deverá ter formação específica em *Web Designer*, preferencialmente, em nível de graduação, com experiência em atividades vinculadas à Educação a Distância.

Se houver *Web Designer* em outros programas UAB na Instituição exercendo as atribuições previstas, esse poderá integrar este sem a necessidade de novos editais.

11. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RECURSOS INSTRUCIONAIS

Entende-se a Educação a Distância como uma modalidade da educação que se utiliza de meios e de ferramentas da informática, especialmente, projetados para projetar a aprendizagem visando a melhor interação dos alunos com os tutores e, como finalidade última, a apropriação de conhecimentos.

Na Educação a Distância, a linguagem escrita é a forma mais utilizada para o diálogo ou interação entre alunos e tutores. Assim observando no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial serão utilizados:

- Textos e livro-texto: Serão organizados pelos professores conteudistas e demais membros das equipes do Curso;
- Bibliografia complementar: No decorrer do Curso serão adquiridos novos livros, conforme as sugestões dos docentes que serão disponibilizados na biblioteca dos pólos de apoio presencial;
- Artigos: Serão indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas, virtuais ou não para contribuir com acervo de instrumentos para o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.

A Internet será, nesse Curso, um dos principais veículos de comunicação. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem têm-se várias ferramentas de interação que serão utilizadas, conforme a dinâmica de cada disciplina.

A comunicação, para troca de informações será realizada por meio da Plataforma *Moodle*. Em caso de apresentação pelo Sistema UAB de outra Plataforma, a indicada no presente projeto poderá ser alterada.

Nessa plataforma, conta-se com ferramentas que permitem interação via *on-line*: *chats*, para contato síncrono, em que serão articulados, com antecedência, os horários para a presença dos alunos e tutores na sala virtual, e *fóruns* de discussão, contatos assíncronos, em que serão postadas as atividades de discussão: seminários, tirar dúvidas e interação entre colegas, professores e tutores. Além disso, haverá material digitalizado, proposição de atividades e sugestão de leituras que serão disponibilizadas nas ferramentas específicas. Também serão utilizados *e-mail* sempre que necessário.

O material impresso ou em mídia deverá ser disponibilizado pelo professor responsável pela disciplina, com antecedência, mínima de 30 dias, visando possibilitar ao aluno a leitura prévia.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das aulas virtuais e dos *fóruns* de discussões serão devidamente normatizadas e planejadas pelo Colegiado de Curso e divulgados junto aos alunos, no primeiro momento do Curso. Esses momentos irão possibilitar experiência ampliada de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

Em conformidade com a legislação da Educação a Distância para os Cursos a serem oferecidos nessa modalidade, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Especial prevê que os 20% (vinte por cento) presenciais obrigatórios serão utilizados para encontros pedagógicos como apresentação de conteúdos, palestras e seminários de pesquisa, além das avaliações de conteúdo e defesas do trabalho de conclusão de curso.

No Curso, a carga horária presencial é de 93 (noventa e três) horas e a periodicidade dos encontros presenciais para o seu desenvolvimento mensal que será devidamente distribuída para atender todas as atividades do Curso, das disciplinas e as necessidades dos alunos para otimizar a aprendizagem.

O Calendário de todas as atividades do Curso, a distância e presenciais, será apresentado pela Coordenação de Curso, após aprovação pelo Colegiado, aos alunos no início do Curso.

12. CERTIFICAÇÃO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será concedido o certificado de Especialização *Lato Sensu* em Educação Especial para o aluno que obtiver, no mínimo, conceito “C” e ter apresentado o trabalho de conclusão do curso em audiência pública, diante de uma Comissão Examinadora constituída pelo orientador do trabalho de pesquisa, dois professores convidados, preferencialmente, por professores envolvidos com o Curso. Professores poderão ser convidados para esse fim, após aprovação do Colegiado de Curso.

A audiência pública, sempre que possível, deverá ser presencial, no pólo de apoio a que o aluno está vinculado podendo acontecer, excepcionalmente, por meio de vídeo ou web-conferência. Observa-se que a Coordenação do Curso poderá, por impedimentos operacionais, estabelecer a realização de audiências públicas de defesa em outro pólo que o aluno não está ligado ou na sede da Coordenação do Curso, ou seja, no município de Campo Grande – MS, mediante aprovação do seu Colegiado.

O aluno que não obtiver o aproveitamento exigido na apresentação do trabalho de conclusão do Curso receberá uma declaração de conclusão das disciplinas cursadas com êxito, com suas respectivas cargas horárias.

O trabalho de Conclusão de Curso será apresentado na forma de artigo científico.

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares não são obrigatórias no Curso, mas serão incentivadas na forma de participação em eventos de natureza científica, com apresentação de relatórios parciais e de final de pesquisas realizadas ao longo do Curso, visto que, são instrumentos importantes no processo de formação. Ressalta-se que, entre os objetivos que norteiam o Curso espera-se que o pós-graduando desenvolva a cultura da reflexão, da pesquisa e da troca coletiva sobre os seus saberes e práticas.

14. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem terá por objetivos acompanhar o desenvolvimento dos alunos, sua capacidade de mobilizar os conhecimentos e de aplicá-los em situações diversas.

Será realizada de forma processual, acompanhada pelos tutores presenciais, a distância e professores-pesquisadores.

Em atendimento ao Decreto 5622/2005, cada disciplina deverá desenvolver atividades de avaliação escrita presencial, conforme a sistematização de cada profissional responsável pela disciplina. Ainda, será observado o envio das atividades propostas, a presença nas salas virtuais e *fóruns*, bem como o acesso à ferramenta de aprendizagem à distância. Para dar continuidade às disciplinas, é necessário que o pós-graduando apresente desempenho satisfatório em, no mínimo, 75% das atividades a distância e em 75% das avaliações presenciais.

As avaliações serão computadas para a nota final, tendo as avaliações a distância o peso 4 e as avaliações presenciais peso 6 e serão calculadas conforme a fórmula:

$$\frac{(MD \times 4) + (MP \times 6)}{10} = MF$$

MD – média a distância

MP – média presencial

MF – média final

A realização das atividades a distância será computada como frequência. Para aprovação em uma disciplina, é necessário que o acadêmico tenha realizado pelo menos 75% das atividades previstas.

Além das avaliações realizadas no decorrer de cada disciplina, será definida pelos respectivos tutores a distância e registradas nos Planos de Ensino, um Trabalho de Conclusão de Disciplina (TCD), em forma de artigo ou relatório a critério do professor formador.

Na disciplina de Metodologia de Pesquisa em Educação, o TCD, constituir-se-á em projeto de pesquisa.

O critério de avaliação utilizado será o de conceitos, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 1 - Critério de avaliação.

de 9,0 a 10,0	A	Excelente
de 8,0 a 8,9	B	Bom
de 7,0 a 7,9	C	Regular
de 0,0 a 6,9	D	Insuficiente

14.1 INDICADORES DE DESEMPENHO

O acompanhamento das atividades, os levantamentos de um modo geral do Curso e registros dos seus indicadores serão desenvolvidos pela Coordenação do Curso, para oferecer subsídios freqüentes e sistemáticos ao Colegiado e também à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, com a finalidade de subsidiar decisões e ações que facilitem o alcance de objetivos e superem dificuldades, tendo em vista a qualidade e a contribuição efetiva do Curso na formação dos profissionais da educação e na produção do conhecimento.

Entre os indicadores de desempenho, destacam-se:

- evasão, repetência e formados;
- publicação e participação em eventos de professores e alunos;
- média de desempenho de alunos;
- atuação profissional dos egressos.

Cabe, principalmente, destacar que, quanto aos índices, projetam-se: cerca de 10% (dez por cento) de evasão, 10% (cinco por cento) de alunos não certificados por não apresentarem o trabalho de conclusão de curso e 80% (oitenta por cento) certificados. No que se refere à média para aprovação, espera-se que 60% (sessenta por cento) do grupo apresentem uma média igual ou superior a 8,0 (oito) pontos no trabalho de conclusão de curso.

A UEMS poderá contar com profissionais de seu próprio quadro e com professores convidados para atuarem como Professores pesquisadores e demais profissionais que atuem em atividades de ensino. Dentre estes destacam-se os citados abaixo, que poderão, eventualmente, ser substituídos, com a anuência do Colegiado de Curso.

15. CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO CURSO

A capacitação dos profissionais envolvidos no Curso faz-se necessária em função das especificidades dessa modalidade de ensino e será desenvolvida em dois sentidos:

- **Formação de Tutores:** sendo enfocados os seguintes tópicos: aspecto fundamental da tutoria, conceituação, caráter e natureza da tutoria, metodologias para atendimento pedagógico a distância, utilização das mídias, funções do tutor.
- **Produção de materiais:** O Curso terá uma estrutura teórico-prática, para que os professores trabalhem com a produção de material com assessoramento de especialista em EAD, esse trabalho poderá ser desenvolvido à distância, via Internet, com complementação de oficinas presenciais.

A capacitação será realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme previsão no edital e constará das planilhas de custo a ser financiada pela UAB/MEC (Edital 01/2006-SEED/MEC/2006/2007). Essas capacitações serão realizadas tão logo sejam liberados os recursos da UAB/MEC e o cronograma será definido em conformidade com a disponibilidade da Instituição formadora.

16. FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E METODOLOGIA.

Em face do crescente avanço técnico e científico, está em foco de forma incisiva, a apropriação das novas tecnologias pela Educação, notadamente na sociedade capitalista contemporânea, denominada por alguns autores como sociedade da “informática”, do “conhecimento” ou da “informação”.

A proposta de utilização das tecnologias pela educação, como forma de ampliar a democratização do acesso à educação formal, nunca esteve tão em evidência. Nesse sentido, a educação a distância é colocada em perspectiva, multiplicam-se os fóruns, congressos, seminários e eventos do gênero, com ênfase nas políticas públicas para o investimento em programas dessa natureza.

Esse fenômeno deve-se, sem dúvida, à idéia de transposição de fronteiras por meios dos dispositivos digitais. É dito, com frequência que hoje se vive um “vértice de paradigmas em mutação” (MAIA, 1999, p. 29), um período de transformações aceleradas, que exigem novos referenciais e novas mediações para atender a espaços diferentes em tempos diferentes.

Portanto, na perspectiva, de alargar os espaços de acesso aos conhecimentos, este Curso de Pós-Graduação lato sensu em Educação especial a distância ora proposto foi elaborado com o intuito de oportunizar aos profissionais da educação básica, por meio da Universidade Aberta do Brasil, condições de refletir e pesquisar sobre as áreas em que atuam.

Compreendendo que a presença do aparato tecnológico faz parte desse movimento, mas fundamentalmente, que por si só, não garante mudanças substanciais na prática docente, ao se pretender a inserção tecnológica aliada a um salto qualitativo, busca-se adotar uma perspectiva teórico-metodológica que permita o entendimento das questões relativas à educação especial em uma visão universal.

A opção por essa proposta de trabalho apóia-se no entendimento da complexidade do real, estabelecida no bojo das contradições e das múltiplas relações num intenso processo de transformação. Sob essa ótica, busca-se instituir nova organização aos conteúdos de

aprendizagem, de forma que transcenda a fragmentação que historicamente constitui os currículos.

Espera-se, assim, que a organização desse Curso seja capaz de contribuir com a formação de especialistas em educação especial, para quem a pós-graduação “*lato sensu*” tem importante papel, no sentido de impelir para o desenvolvimento de estudos e pesquisa.

Nessa perspectiva, as ações pretendidas no Projeto deste Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial, visam garantir um espaço de incorporação a novos desafios na prática educativa.

17. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Matriz Curricular do Curso foi organizada da seguinte forma: disciplinas básicas (fundamentos), disciplinas específicas e seminários de pesquisa, esses para auxiliarem no processo de desenvolvimento da pesquisa e elaboração do trabalho de conclusão de curso.

18. OS SEMINÁRIOS DE PESQUISA

Os Seminários de Pesquisa estão presentes, como componentes curriculares, na fase inicial do Curso e na sua finalização, com a função de fazer a articulação entre as demais disciplinas. Destaca-se, ainda que, a concepção e a forma de desenvolvimento dos Seminários de Pesquisa visam oportunizar aos alunos momentos de integração em que poderão apresentar e discutir seus projetos de pesquisa, além de oferecer e receber contribuições para o aprimoramento do processo de elaboração do do trabalho de conclusão de curso.

19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O trabalho de conclusão de curso consistirá em uma atividade de pesquisa na área da Educação Especial, tendo em vista o perfil profissional pretendido, o qual deverá ser desenvolvido individualmente pelo aluno e apresentado na forma de artigo científico que, necessariamente, deverá explicitar domínio do tema e tratamento científico adequado e ser realizado sob o acompanhamento de um orientador pertencente aos quadros do Curso, ou selecionado para esse fim.

20. DISCIPLINAS E CRÉDITOS CORRESPONDENTES

Nº	Disciplinas	Carga horária	Créditos
01	Fundamentos de Educação a Distância	15	1
03	Fundamentos da Educação Especial: história e políticas públicas	45	3
05	Desenvolvimento Humano e Aprendizagem	30	2
02	Metodologia da Pesquisa em Educação	30	2
06	Avaliação na Educação Especial: abordagem educacional	30	2
04	Seminário de Pesquisa I	30	2
07	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Surdez/Deficiência Auditiva	45	3
08	Introdução ao Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	30	2
09	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Deficiência Visual	45	3
10	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Deficiência Mental	45	3
11	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Deficiência Física	30	2
12	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento	30	2

13	Seminário de Pesquisa II	30	2
	Total da Carga Horária e Créditos	435	29
-	Trabalho de Conclusão de Curso	30	2
	Total da carga horária do curso	465	31

21. CARACTERÍSTICAS DAS DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Disciplina:** Fundamentos da Educação a Distância

Ementa:

Histórico da Educação a Distância e perspectivas. Formas e características da EaD. Relações entre comunicação, tecnologia e educação. ReCursos tecnológicos para a EaD. Conceitos básicos. Aspectos legais. Experiências brasileiras de educação à distância. Cenário atual. Fundamentos metodológicos. Interesse, motivação e aprendizagem. O aluno *on-line*.

Objetivo: Oferecer subsídios para compreensão da EaD como uma das modalidades da educação sua importância na contemporaneidade para o acesso ao conhecimento.

Bibliografia Básica:

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

GOUVÊA, G. **Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 5ed. Campinas: Papirus, 2008.

Bibliografia Complementar:

LITWIN, E. (Org.) **Educação a distância, temas para o debate de uma nova agenda educativa**. São Paulo: Artmed, 2001.

MORAN, J. M. MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo, Papirus, 2003.

SILVA, M. (org.). **Educação on-line: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.

- **Disciplina:** Fundamentos da Educação Especial: história e políticas públicas

Ementa:

Aspectos históricos e filosóficos da educação especial na história da humanidade. O processo histórico da educação especial no Brasil: dos primórdios aos dias atuais. História da Educação Especial no Mato Grosso do Sul. Educação e diversidade. Processos de inclusão/exclusão e suas determinações materiais. Relação Estado, sociedade e a educação das pessoas com necessidades especiais. Políticas públicas da educação especial: dos primórdios aos dias atuais (documentos orientativos, legislações federais, estaduais e municipais). O público e o privado na educação especial. O financiamento da educação especial.

Objetivo:

Proporcionar oportunidades de acesso aos conhecimentos que possam se constituir como elementos para a compreensão da diferença, das necessidades de educação e das políticas públicas em escolas especiais e comuns visando à inclusão escolar e social das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência se entendidas como uma produção histórica de um determinado período.

Bibliografia Básica:

GOES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JANNUZZI, G. M. **A Luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985. 123 p.

_____. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

Bibliografia Complementar:

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração, segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ. 1993.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil, história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

ARELARO, L. R. G. Financiamento e qualidade da educação brasileira. Algumas reflexões sobre o documento balanço do primeiro ano do FUNDEF - Relatório MEC. In: **Financiamento da Educação Básica**. Goiânia: Editora UFG, 1999, v. 69 , p. 27-46.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 19 abr. 2003.

BUENO, C.; KASSAR, M. de C. M. Público e privado: a educação especial na dança das responsabilidades. In: **O público e o privado na educação: interfaces entre estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005, p. 119-135.

KASSAR, M. C. M. Conhecimento e análise da política de atendimento educacional ao Portador de Necessidades Especiais em Mato Grosso do Sul. In: SENNA, Ester (org). **Política Educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das políticas sociais**. Campo Grande-MS: ED. UFMS, 2000.

PRIETO, R. G. A construção de políticas públicas de educação para todos. In: **Escola Inclusiva**. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 45-59.

- **Disciplina:** Desenvolvimento Humano e Aprendizagem

Ementa:

O processo de desenvolvimento e suas implicações na aprendizagem: aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais. Os distúrbios do desenvolvimento. Os distúrbios e dificuldades de aprendizagem.

Objetivo: Favorecer a compreensão sobre a aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento na perspectiva da educação inclusiva.

Bibliografia Básica:

LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais**. São Paulo: Icone, 1990.

PADILHA, A. L. **Possibilidades de histórias ao contrário - ou como desencaminhar o aluno da classe especial**. São Paulo: Plexus Editora, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Ed. Estampa, 1975.

Bibliografia Complementar:

BAUTISTA, R. (coord.). **Necessidades educativas especiais**. 1. edição. Lisboa: Dinalivro, 1997.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1995. v.3.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2. edição revista e aumentada. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z: guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

TAILLE, Y. D. L.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e Wallon. **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

- **Disciplina:** Metodologia da Pesquisa em Educação

Ementa:

Pesquisa educacional: subsídios instrumentais para o processo de produção do conhecimento científico. Definição do tema de pesquisa, da população alvo, problematização. Diferentes abordagens de projeto de pesquisa em educação. Relatórios de pesquisa.

Objetivo: Desencadear o debate e a pesquisa sobre a Educação Especial, a partir da Lei 9394/96-LDB, com base em referencial teórico que possibilite a reflexão sobre a prática docente.

Bibliografia Básica:

ABNT. **Apresentação de relatórios técnico-científicos** – NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Apresentação de originais** – NBR 12256. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Sumário** – NBR 6027. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Resumos** – NBR 6028. Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Numeração progressiva das seções de um documento** – NBR 6024. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Referências bibliográficas** – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2000.

AZEVEDO, I.B. **O prazer da produção científica, diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos**. 6. ed. São Paulo: UNIMEP, 1996. 145 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986. 135 p.

Bibliografia Complementar:

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 175 p.

- **Disciplina:** Avaliação na educação especial: abordagem educacional

Ementa:

Avaliação diagnóstica com enfoque educacional: introdução e objetivos. Diferentes abordagens da Avaliação diagnóstica. Avaliação como instrumento de intervenção no processo ensino-aprendizagem. O papel do avaliador. Avaliação numa perspectiva histórico-social. A prática da avaliação diagnóstica: atividades, jogos, processo de avaliação e relatório final.

Objetivo:

Compreender avaliação na Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, portanto, como processual, importante para o conhecimento das especificidades do aluno e para definição de programas de intervenção qualificados.

Bibliografia Básica:

ANACHE, A. A. **Diagnóstico ou inquisição? Estudo sobre o uso do diagnóstico na escola**. São Paulo: USP, 1997. (Tese de Doutorado).

BASSEDAS, E. et al. **Intervenção educativa e diagnóstica psicopedagógica**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COLLARES, A. L. Respeitar ou submeter: A avaliação da inteligência em crianças em idade escolar. In: **Educação especial em debate**. Conselho Regional de Psicologia- CRP- 06. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

WEIS, M. L. **Psicopedagogia Clínica**. 8^a. ed, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença**. 3. ed. Piracicaba. UNIMEP. 1995.

LURIA, A. ; LEONTIEV, A. ; VIGOTSKY, LS. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1990.

MACHADO, A. M. **As Classes especiais e uma proposta de avaliação psicológica**. In: **Educação Especial em Debate** .Conselho Regional de Psicologia- CRP- 06. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

- **Disciplina:** Seminário de Pesquisa I

Ementa: Introdução à pesquisa: estudo de projetos de pesquisa, de relatórios e elaboração de anteprojetos de pesquisa relatórios.

Objetivo: Desenvolver o estudo de projetos de pesquisas com vistas ao aprimoramento da elaboração de projetos e relatórios de pesquisa.

Bibliografia Básica:

ABNT. **Apresentação de relatórios técnico-científicos** – NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Apresentação de originais** – NBR 12256. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Sumário** – NBR 6027. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Resumos** – NBR 6028. Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Numeração progressiva das seções de um documento** – NBR 6024. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Referências bibliográficas** – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2000.

AZEVEDO, I.B. **O prazer da produção científica, diretrizes para a elaboração de**

Bibliografia Complementar:

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

- **Disciplina:** Práticas Pedagógicas para o Ensino das pessoas com Surdez/Deficiência Auditiva.

Ementa: A surdez e deficiência auditiva numa análise crítica da evolução dos conceitos na perspectiva da educação inclusiva. Processo de identificação, avaliação e acompanhamento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com surdez/deficiência auditiva. Relações pedagógicas pertinentes à surdez/deficiência auditiva. Conceitos gerais sobre as correntes filosóficas que permearam os estudos na área da audiocomunicação até aos dias atuais.

Objetivo: Favorecer a compreensão do processo de aprendizagem dos alunos com surdez/deficiência auditiva, na perspectiva da educação inclusiva.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços em educação especial**. Área de deficiência auditiva. Brasília: MEC/SEESP, 1995, livro 6.

CAPOVILA, F.; RAFHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2001. 448 p.

FERNANDES, E. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 1990. 145 p.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997. 193 p.

QUADROS, R. M. **A educação dos surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 287 p.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados/Bragança Paulista: EDUSF, 1999. 187 p.

Bibliografia Complementar:

SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta?** lingüística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 186 p.

VILHALVA, S. et.al. **Dicionário de língua de sinais regional**. Campo Grande: CEADA, 1998. 79 p.

- **Disciplina:** Introdução aos Estudos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Ementa:

Definições de língua, linguagem e fala. Noções sobre o ensino da língua portuguesa para a pessoa surda. As abordagens educacionais na educação do surdo (oralista, comunicação total e bilingüismo). Lei n. 10.436/2002, Decreto n. 5.626/2005, Deliberação do CEE/CEB n 7.828/2005. A estrutura da língua brasileira de sinais. Sinais básicos para a comunicação. Habilidades básicas na aquisição da Língua Brasileira de Sinais trabalhando a importância facial e corporal na produção do discurso.

Objetivo:

Conhecer os fundamentos e habilidades básicas da Língua Brasileira de Sinais e refletir sobre a sua importância na educação do surdo.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, E. O. C. de A. **Leitura e surdez. Um estudo com adultos não oralizados**. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2000.

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos. Ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. 1998. v. III (série Atualidades pedagógicas, n.4).

_____. **Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

QUADROS, R. ; KARNOPP, L.B. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

- **Disciplina:** Práticas pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Deficiência Física

Ementa: A deficiência física: conceituação e etiologia. Processo de identificação, avaliação, encaminhamento. Investigação de questões pedagógicas pertinentes à deficiência física. A educação de crianças com deficiência física: características principais reCursos materiais e/ou reabilitação.

Objetivo: Favorecer a compreensão do processo de aprendizagem dos alunos com deficiência física, na perspectiva da educação inclusiva.

Bibliografia Básica:

ADAMS, R. C.; DANIEL, A.N.; McCUBBIN, J.A.; RULLMAN, L. **Jogos, esportes e exercícios para o deficiente físico**. Tradução Ângela G. Marx. São Paulo: Editora Manole Ltda, 1985.

BAGATINI, V. F. **Educação física para o excepcional**. Porto Alegre: Sagra, 1984.
BRAGA, L. W. **Cognição e paralisia cerebral** – Piaget e Vygotsky em questão. Salvador: Sarah Letras, 1995.
CAMARGO, S. **Quem é a criança com paralisia cerebral?** São Paulo: Edicon, 1986.

Bibliografia Complementar:

SOUZA, A. M. C.; FERRARETO, I. **Paralisia cerebral: aspectos práticos**. São Paulo: Memnon, 1998.
TABAQUIM, M. L. M. **Paralisia cerebral: ensino de leitura e escrita**. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração, 1996

- **Disciplina:** Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Deficiência Visual

Ementa: Conceito de deficiência visual: cegueira e baixa visão. Principais patologias oculares que causam cegueira e baixa visão. Cegueira: estimulação precoce, alfabetização (sistema braille e método sorobã), orientação e mobilidade. ReCursos utilizados na educação da pessoa cega e de baixa visão. O deficiente visual na sala de aula do ensino comum – orientações pedagógicas.

Objetivo: Favorecer a compreensão do processo de escolarização dos alunos com deficiência visual na perspectiva da educação inclusiva.

Bibliografia Básica:

ANACHE, A. A. **DisCurso e prática:** a educação do “deficiente” visual em Mato Grosso do Sul. 1991. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande, MS, 1991.
ALMEIDA, M. G. de S. **Guia teórico para alfabetização em braille**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 1995. Apostila.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial. **Projeto CAP – Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual**. Brasília, 1998. Apostila.
_____. Fundação de Assistência ao Educando. **A cegueira trocada em miúdos**. Brasília, 1988.
BRUNO, M. M. G. et al. **O deficiente visual na classe comum**. São Paulo: Secretaria Estadual da Educação, 1987.
CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual na escola:** lembranças e depoimentos. Campinas: Autores Associados, 2003.

Bibliografia Complementar:

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito Federal / FEDF. **Atendimento educacional ao aluno portador de deficiência da visão**. Brasília, 1994.
MANSINI, E. S. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual**. Brasília: CORDE, 1994.
REVISTA BENJAMIN CONSTANT. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant. n. 6, 1996.
REVISTA BENJAMIN CONSTANT. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant. n. 5, 1996.

- **Disciplina:** Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Deficiência Mental

Ementa: A deficiência mental numa análise crítica da evolução dos conceitos na perspectiva da educação inclusiva. Processo de identificação, avaliação e acompanhamento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência mental. Práticas pedagógicas, as relações de ensino e aprendizagem e a inclusão de alunos com deficiência mental. Atendimento educacional especializado.

Objetivo: Favorecer a compreensão do processo de aprendizagem dos alunos com deficiência mental, na perspectiva da educação inclusiva.

Bibliografia Básica:

- CARDOSO, M. C. F. **Abordagem ecológica em educação especial:** fundamentos básicos para o currículo. Brasília: CORDE, 1997.
- GLAT, R. Estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular. In: _____. (Org.). **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 43-56.
- JANNUZZI, G. M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1995. 185 p.
- KASSAR, M. C. M. **A deficiência mental na voz das professoras.** 1993. 100 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. Campo Grande, MS, 1993.
- MARQUES, L. P. **O professor de alunos com deficiência mental:** concepções e práticas pedagógicas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2001. 145 p.
- NUNES, L. R. O. P.; FERREIRA, J. R. Deficiência mental: o que as pesquisas brasileiras têm revelado. In: BRASIL/MEC/SEESP. **Tendência e desafios da educação especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994. p. 50-81

Bibliografia Complementar:

- PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial:** a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001.
- PESSOTTI, I. Sobre a gênese e a evolução histórica do conceito de deficiência mental. **Revista Brasileira de Deficiência Mental.** v. 16, n. 1, p. 45-65, 1981.

- **Disciplina:** Seminário de Pesquisa II

Ementa: Acompanhamento dos trabalhos de conclusão de Curso: estudo e elaboração de relatórios. Apresentação e discussão de trabalhos de pesquisa.

Objetivo: Subsidiar a elaboração dos alunos em processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso, por meio da exposição oral e discussão dos trabalhos no grupo.

Bibliografia Básica:

- ABNT. **Apresentação de relatórios técnico-científicos** – NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. **Apresentação de originais** – NBR 12256. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. **Sumário** – NBR 6027. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. **Resumos** – NBR 6028. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. **Numeração progressiva das seções de um documento** – NBR 6024. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. **Referências bibliográficas** – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2000.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, I.B. **O prazer da produção científica, diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos.** 6. ed. São Paulo: UNIMEP, 1996. 145 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. 135 p.

- **Disciplina:** Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento

Ementa: Caracterização dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): aspectos sociais, físicos, biológicos e educacionais. A educação formal de alunos com TGD: teoria e prática. TGD associado a outras deficiências. A formação do aluno com: Hiperatividade; Déficit de atenção; Síndrome de Rett; Transtorno com hipercinesia associada a retardo mental e a movimentos estereotipados; Síndrome de Asperger; Dislexia.

Objetivo: Disponibilizar aos alunos do Curso conceitos e práticas pedagógicas, bem como recursos disponíveis, para o atendimento a pessoas com transtornos globais do desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

BANKS-LEITE, L. GALVÃO, I. (org.) **A educação de um selvagem: as experiências de Jean Itard.** São Paulo: Cortez, 2000.

BAPTISTA, C. R.; OLIVEIRA, A. C. Lobos e Médicos: primórdios na educação dos “diferentes”. In: BAPTISTA, C. R. BOSA, C. (org.) **Autismo e educação: reflexão e propostas de intervenção.** Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 93 –109.

KUPFER, M. C.. Educação: Especial? In: KUPFER, M. C. (org.) **Tratamento e escolarização de crianças com distúrbios globais do desenvolvimento. Coleção. Psicanálise de Criança.** Salvador: Ágalma, vol.1, n. 11, 2000. p.89-99.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10 – Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PESSOTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: EDUSP, 1984.

Bibliografia Complementar:

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, BETTELHEIM, B. **A fortaleza vazia.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BRASIL. **UMA NOVA CONCEPÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA: ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE SEGURIDADE SOCIAL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CORDE.** BRASÍLIA:1997.

BRASIL. **Decreto nº 3.298,** de 20 de dezembro de 1999.

GAUDREAU, J. I. E IL “SAUVAGE” DELL’ AVEYRON: LA RICERCA CONVERGENTE DI UN’ IDENTITÀ. IN: CANEVARO, A.; GAUDREAU, J.. **L’EDUCAZIONE DEGLI HANDICAPPATI: DAÍ PRIMI TENTATIVI ALTA PEDAGOGIA MODERNA. ROMA, LA NUOVA ITALIA SCIENTIFICA,** 1989.

MANUAL DIAGNÓSTICO e estatístico de transtornos mentais (*DSM IV*). Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

OLIVEIRA, A. C. **O Autismo e as “Crianças-Selvagens”:** Da “Prática da Exposição” às Possibilidades Educativas. Porto Alegre: UFRGS, 2002, 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TEZZARI, M.; BAPTISTA, C. Vamos brincar de Giovanni? A integração escolar e o desafio da psicose. In: BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. (org.) **Autismo e educação: reflexão e propostas de intervenção.** Porto Alegre: Artmed, 2002. P.145-156.

VASQUES, C. K.. **Um coelho branco sobre a neve. Estudo sobre a escolarização de crianças com Psicose Infantil.** Porto Alegre:UFRGS, 2002, 77 f. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002

22. INFRAESTRUTURA DE APOIO A DISTÂNCIA E PRESENCIAL

22.1. LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS

O suporte para funcionamento e manutenção das atividades de apoio presencial ao ensino a distância será disponibilizado pelas prefeituras municipais dos pólos e outros entes da administração pública, definidos nesse projeto, que contam com infraestrutura provida por meio de projetos da Universidade Aberta do Brasil – UAB/MEC.

Tabela 2 - Laboratório de Informática.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADES
01	Microcomputador com Processador Pentium III 400 Mhz com Kit Multimídia e Conectado a Internet.	26
02	Cadeira Giratória Secretária Executiva	25
03	Mesa para computador c/ tampo liso	01
04	Estabilizador de voltagem	26
05	Cabine para computador	25
06	Lousa Branca	01
07	Condicionador de Ar	01

Tabela 3 - Sala de Tutores.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADES
01	Mesa Cerejeira c/ 3 Gavetas	10
02	Cadeira Giratória para Secretária	15
03	Estabilizador de Voltagem	05
04	Microcomputador com Processador 1.8 GHZ, Kit Multimídia e Conectado à Internet	05
05	Aparelho de Telefone	01
06	Impressora	01
07	Armário para Arquivos	03
08	Condicionador de Ar 10.000 BTUS	02
09	Armário	02
10	Quadro de Mural, Feltro Azul	01
11	Televisor 20 Polegadas	01

Tabela 4 - Sala de Coordenação de Curso.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADES
01	Mesa cerejeira c/ 3 gavetas	01
02	Cadeira giratória para secretária	03
03	Estabilizador de voltagem	01
04	Microcomputador com Processador 1.8 GHZ, Kit Multimídia e Conectado à Internet	01
05	Aparelho de Telefone s/ Fio 900 MHZ Philips	01
06	Impressora	01

07	Armário para Arquivos	01
08	Condicionador de Ar 10.000 BTUs	01
09	Armário	01
10	Quadro de Mural, Feltro Azul	01
11	Scanner	01

Tabela 5 - Sala de Tutoria Presencial.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADES
01	Cadeira Universitária	50
02	Cadeira Giratória para Secretária	01
03	Estabilizador de Voltagem	01
04	Microcomputador com Processador 2.2 GHZ, Kit Multimídia e Conectado à Internet	01
05	Impressora	01
06	Armário para Arquivos	01
07	Armário	01
08	Quadro de Mural, Feltro Azul	01
09	Quadro Negro	01
10	Tela de Projeção Retrátil	01
11	Retroprojektor	01
12	Aparelho de Televisor com 29 Polegadas – Marca PHILIPS	01
13	Aparelho de DVD SVA	01
14	Ventilador de Teto	02

Tabela 6 - Sala de Reuniões.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADES
01	Cadeira Giratória para Secretária	08
02	Microcomputador com Processador 2.2 GHZ, Kit Multimídia e Conectado à Internet	01
03	Impressora	01
04	Quadro de Mural, Feltro Azul	01
05	Ventilador de Teto	01
06	Condicionador de Ar 10.000 BTUs	01

07	Mesa para 08 Pessoas	01
08	Lousa Branca	01

Tabela 7 - Biblioteca.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADES
01	Mesa Cerejeira c/ 3 Gavetas	04
02	Cadeira Fixa Estofada	64
03	Cadeira Giratória para Secretária	02
04	Estante para Biblioteca	13
05	Microcomputador com Processador Pentium 233 MHZ, Kit Multimídia e Conectado à Internet.	05
06	Estabilizador de Voltagem	07
07	Mesa para Computador com Tampo Liso	03
08	Mesa para Computador e Tampo Principal	06
09	Microcomputador com Processador 1.8 GHZ, Kit Multimídia e Conectado à Internet.	01
10	Mesa Para a Biblioteca	09

24. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

24.1 FINANCIAMENTO

Os recursos financeiros do Curso são oriundos do convênio entre UEMS e a UAB em virtude a aprovação preliminar do presente projeto, por meio do Edital de Seleção nº 01/2006-SEED/MEC/2006/2007.

24.2 CUSTOS

Os custos gerados para o desenvolvimento do Curso, tais como, bolsas para os profissionais envolvidos, materiais de consumo, diárias, custos de deslocamento ou passagens, produção do material didático serão supridos pela UAB, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, em conformidade com a RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 5 DE JUNHO DE 2009, embasada na legislação vigente, que determina o financiamento para a educação e mais especificamente os programas de formação de professores.

Por seu turno, a UEMS, em caráter de contrapartida prevista no convênio firmado com a UAB, será responsável pelos custos do processo seletivo, dos profissionais o Curso e dos futuros alunos. Além desses custos, a UEMS disponibilizará professores dos seus quadros (efetivos/cedidos), de acordo com o interesse do profissional, para o exercício da docência (ministrar aula e orientação de trabalho de conclusão de curso) no Curso e das funções de Coordenação de Curso, de Tutoria e de Docente de forma exclusiva dada às dimensões e especificidades do mesmo.

Após a aprovação do presente projeto este será encaminhado à UAB/DED/CCAPES, juntamente com a planilha de custos de acordo com a legislação e os valores correspondentes, vigentes à época.

ANEXOS:

1. QUADRO DE DOCENTES E DISCIPLINAS:

Nº	Disciplina	Nome/Titulação	Relação/Curso/Instituição
01	Fundamentos de Educação a Distância	MSc. Enilda Fernandes MSc. Marlyse Badeca da Costa Oliveira	Cedida – SED/MS Contratada – UEMS
02	Fundamentos da Educação Especial: história e políticas públicas	MSc. Eliza Emília Cesco MSc. Mariuza A. C. Guimarães(doutoranda)	Efetiva – UEMS Cedida – SED/MS
03	Desenvolvimento Humano e Aprendizagem	MSc Celi Correa Neres (doutoranda) Dra. Eliane Greice D. Nogueira	Efetivas – UEMS
04	Metodologia da Pesquisa em Educação	Dra. Leila Teixeira Lacerda Maciel Dra. Maria Leda Pinto.	Efetivas – UEMS
05	Avaliação na Educação Especial: abordagem educacional	MSc. Mariuza A.C.Guimarães (doutoranda) MSc. Mônica Scharth Gomes	Cedidas – SED/MS
06	Seminário de Pesquisa I	Dra. Amélia Leite de Almeida MSc. Rosa Maria.Nantes Albuquerque (doutoranda)	Efetivas – UEMS
07	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Surdez/Deficiência Auditiva	Esp. Cicera Celma Cosmo de Arruda MSc.Rosely Sousa Luis Gayoso	Convidada - SED/MS Contratada – UEMS
08	Introdução ao Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Esp. Cicera Celma Cosmo de Arruda Esp. Cristiane Albres	Convidadas - SED/MS
09	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Deficiência Visual	MSc. Claunice Dorneles Esp. Madalena Jerônimo	Convidadas - SED/MS
10	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Deficiência Mental	MSc. Celi Correa Neres (doutoranda) Dra. Samira Saad Pulchério Lancillptti Profª. Msc. Suely Miranda Monaco	Efetiva – UEMS Efetiva – UEMS Convidada - SED/MS
11	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Deficiência Física	MSc. Fabiana Maria das Graças MSc. Maria Alice Alves da Mota Profª.DrªCarina Elizabeth Maciel de Almeida	Convidada - SETAS/MS convidada - SED/MS Convidada - UFMS
12	Práticas Pedagógicas para o Ensino das Pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento	MSc. Euricléa Azevedo Nogueira MSc. Norma Celiane Cosmo MSc. Nesdete Corrêa Neres	Contratada UEMS Convidada - SED/MS Convidada – UFMS
13	Seminário de Pesquisa II	MSc. Maria de Lourdes Silva (doutoranda) MSc. Nedina Roseli Martins Stein	Cedidas – SED/MS
	Trabalho de Conclusão de Curso	Professores Formadores do Curso e outros professores bolsistas selecionados, por meio de edital específico, perfazendo um total de 65 (sessenta e cinco) professores orientadores.	

2. QUADRO DEMONSTRATIVO PROFESSORES PESQUISADORES

Nº	Nome/Titulação	Relação/Curso/Instituição
01	MSc. Enilda Fernandes	Cedida – SED/MS
02	MSc. Marlyse Badeca da Costa Oliveira	Contratada – UEMS
03	MSc. Eliza Emiia Cesco	Efetiva – UEMS
04	MSc. Mariuza A. C. Guimarães	Cedida – SED/UEMS
05	MSc Celi Correa Neres	Efetiva – UEMS
06	Dra. Eliane Greice D. Nogueira	Efetiva – UEMS
07	Dra. Leia Teixeira Lacerda Maciel	Efetivas – UEMS
08	Dra. Maria Leda Pinto.	Efetiva – UEMS
09	MSc. Mônica Scharth Gomes	Cedida – SED/UEMS
10	Dra. Amélia Leite de Almeida	Efetiva – UEMS
11	MSc. Rosa Maria.Nantes Albuquerque	Efetiva – UEMS
12	Esp. Cicera Celma Cosmo de Arruda	Convidada - SED/MS
13	MSc.Rosely Sousa Luis Gayoso	Contratada – UEMS
14	Esp. Cristiane Albres	Convidada – SED/MS
15	MSc. Claunice Maria Dorneles	Convidadas - SED/MS
16	Esp. Madalena Jerônimo	Convidada/ SED/MS
17	Dra. Samira Saad Pulchério Lancillotti	Efetiva – UEMS
18	MSc. Fabiana Maria das Graças	Convidada - SETAS/MS
19	MSc. Maria Alice Alves da Motta	Convidada - SED/MS
20	MSc. Euricléa Azevedo Nogueira	Contratada UEMS
21	MSc. Norma Celiane Cosmo	Convidada - SED/MS
22	MSc. Maria de Lourdes Silva	Cedidas – SED/MS
23	Dr ^a . Carina Elizabeth Maciel de Almeida	Convidada – UFMS
24	MSc. Suely Miranda Monaco	Convidada/SED/MS
25	Dr ^a . Nedina Roseli Martins Stein	Contratada – UEMS
26	MSc. Nesdete Corrêa Neres	Convidada - UFMS